

Estudos: os vários ritmos da evolução histórica (modelo didático baseado nas teorias de F. Braudel)¹

*Studies: multiple rhythms of historical evolution
(didactic model based in F. Braudel's theories)*

Américo Augusto da Costa Souto²

Resumo: O artigo discute três dimensões fundamentais da duração, em História, tendo por base as concepções braudelianas e os conceitos de estrutura, conjuntura e fato (*évènement*). É apresentado um modelo didático dessa discussão, aplicável ao ensino de História no âmbito da graduação, tendo como referência as questões próprias à História Moderna e à História Contemporânea.

Palavras-chave: História, Fernand Braudel, ritmo, evolução, ensino de História.

Abstract: This paper discusses three fundamental historical dimensions of the duration, based on Fernand Braudel's conceptions and in the concepts of structure, conjuncture and fact (*évènement*). A didactic model of this discussion is presented and may be used to teach History at college level, especially concerning Modern History and Contemporary History.

Keywords: History, Fernand Braudel, rhythm, evolution, History, History Teaching.

¹ *Nota da editora (Janice Gonçalves):* O artigo foi originalmente publicado no primeiro número da *Revista Educação e Ensino de Santa Catarina*, de julho de 1972 (p.38-67). Agradecemos ao Prof. Dr. Norberto Dallabrida pela indicação do artigo, bem como pela obtenção e disponibilização da cópia anotada que serviu de base para esta edição. Cabe destacar que foram feitas modificações de modo a adequar o artigo às normas da revista *Fronteiras*: foi suprimido o sumário que, no início do artigo, identificava suas sete partes, e também foram retiradas as datas tópica e cronológica que constavam ao final ("Florianópolis, 4 de janeiro de 1972"); a bibliografia de referência, originalmente arrolada ao final do artigo, foi identificada nas notas de rodapé; o resumo e as palavras-chave (e os correspondentes *abstract* e *keywords*) não existiam na publicação original e, portanto, não foram elaborados pelo autor, mas pela editora de *Fronteiras – Revista Catarinense de História*. Além disso, foram feitas outras pequenas alterações e correções referentes a: erros tipográficos e ortográficos; pontuação adotada; abreviaturas ("fig." tornou-se "figura", "séc." tornou-se "século"; "v." tornou-se "ver", sendo também substituída a abreviatura "USA" por "EUA"); indicação de palavras em outra língua (anteriormente, entre aspas, e agora em itálico); erros observados nas citações. Modificações mais pontuais foram indicadas entre colchetes, no corpo do texto, ou comentadas em notas de rodapé. Também foram acrescentadas anotações do autor posteriores à edição original. As figuras 2, 3, 5 e 6 foram aproveitadas da publicação de 1972. As notas de rodapé que não são indicadas por *Nota (J.G.)* são as do autor.

² *Nota (J.G.):* No artigo publicado em 1972, constavam os seguintes dados do autor: "Prof. Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal de Santa Catarina e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí."

I – Introdução

As teorias de Fernand Braudel colocam em evidência, explícita ou implicitamente, uma série de problemas de ordem metodológica e teórica: as relações entre História e Sociologia, possibilidade de “leis históricas”, repetição ou não da história, determinismo e liberdade, consciência e inconsciência no processo histórico, continuidade e descontinuidade nesse processo...

Preocupados, sobretudo, com o problema do escalonamento das durações, desde a “micro-história” do *évènementiel* [fatural] até a “macro-história” do “conjuntural-estrutural”, e vendo suas possibilidades didáticas, buscamos apresentar essa concepção teórica através de um modelo visual em que tentamos geometrizar o pensamento do atual chefe da Escola Francesa.

Procuramos, desde que iniciamos nossas atividades docentes na universidade, aplicar esse modelo gráfico ao caso específico da História Moderna e Contemporânea, nossa matéria, e à base de autodidatismo e ensaio-erro, fomos aperfeiçoando o método.

Tentaremos, então, reconstituir aqui todo o itinerário que costumamos seguir quando apresentamos o sistema do mestre da Escola Francesa em nosso curso. Fixando a atenção sobre a História Moderna e Contemporânea, buscamos, num esforço indutivo e dedutivo, e a partir desse campo específico da História, mostrar o modelo em pauta. Partimos do particular para o geral, do concreto para o abstrato e vice-versa, a fim de interligar intimamente os aspectos particularizantes e generalizantes.

Não sabemos até que ponto o método é fiel ao pensamento do mestre da Escola Francesa. Principalmente a terminologia e o estabelecimento das dimensões do que se chama conjuntura e estrutura, fazemo-lo de forma um tanto arbitraria e à base de convenções pessoais. Independente disso, o modelo nos tem servido, em especial pelas virtudes didáticas que cremos ter nele encontrado e que aqui tentaremos apresentar em aplicações concretas.

Foi até agora o que de mais pessoal procuramos fazer, em termos de concepção da História e, principalmente, de orientação didática para o aluno.

II – Modelo genérico da evolução da sociedade no tempo

Imaginemos o historiador observando de cima a sociedade a evoluir no tempo (objeto de seu trabalho científico).

Ela se apresentará esquematicamente como uma faixa dividida longitudinalmente em várias faixas menores, todas paralelas entre si e ao eixo do TEMPO (Figura 1).

Figura 1



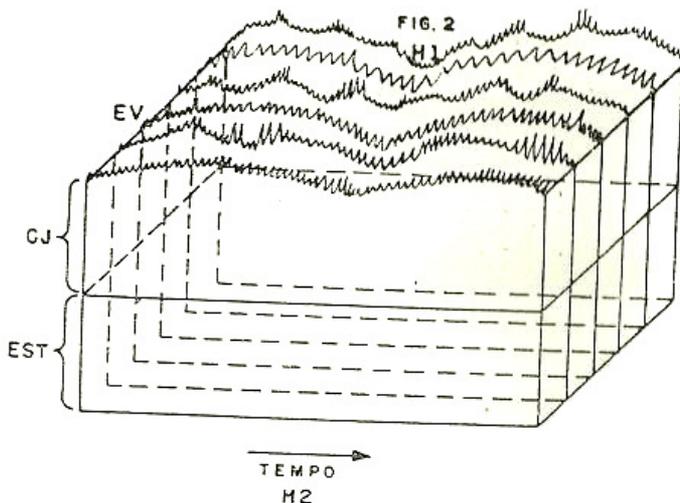
Cada uma dessas faixas (que aqui chamaremos SETORES) são, como o nome o diz, os vários setores da vida de uma sociedade: o econômico, o sociológico, o político, o cultural-espiritual, o geo-histórico.⁴

Agora imaginemos que essa figura seja apenas a parte superior de uma outra, essa não mais uma superfície apenas, mas um sólido com a forma de um paralelepípedo aproximadamente, pois a superfície superior é irregular (Figura 2).

³ Nota (J.G.): Anotação manuscrita do autor, na edição impressa do artigo que integra seu acervo: “Este setor [Setor Geo-Histórico] deveria estar junto com o econômico e sociológico, na infraestrutura, portanto.”

⁴ O materialismo histórico colocaria esse modelo verticalmente, chamando à faixa econômica “infra-estrutura” e às demais “superestrutura”. Sobre o sentido do termo geo-histórico, ver adiante, p.16. Nota (J.G.): Na edição anotada consultada, o autor registrou, à mão, uma interrogação à frente da indicação “p.16”, uma vez que o artigo estava entre as páginas 38 e 67 da revista; nesta edição, a página correspondente seria a 120 (em especial, a nota 27). Cabe acrescentar que a atual nota 4 integra duas notas que no texto de 1972 tinham sido inseridas no mesmo ponto do texto.

Figura 2



Obs.: A superfície superior, agora, verificaremos que não é mais um plano, mas uma superfície irregular, ondedada e rugosa. Ademais, as ondas não são paralelas: os vários setores da vida histórica não são sincrônicos.

O historiador, que antes via apenas a superfície, agora quer também observar a altura (ou profundidade) do sólido imaginário que representa a sociedade evoluindo no tempo.

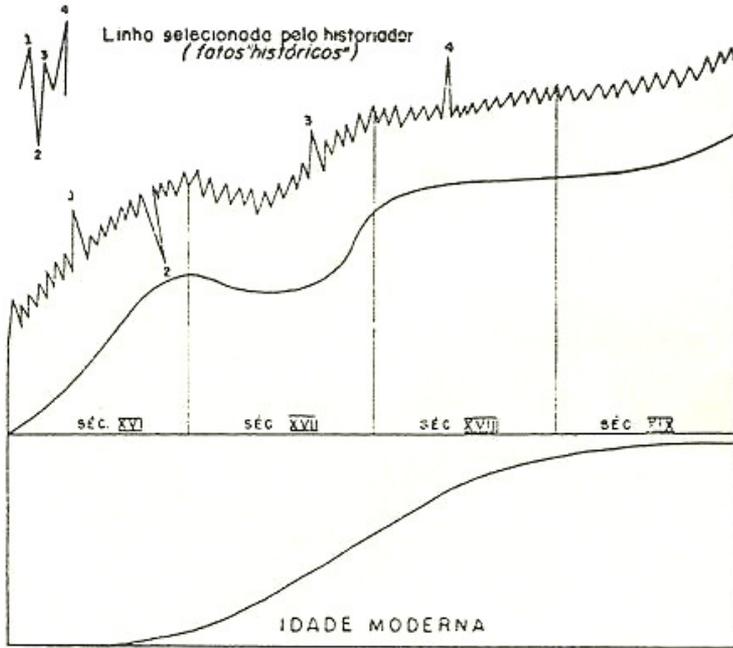
Ele se colocaria, então, na posição H2.

E imaginemos também que disponha de um raio-X que lhe permita ver através da parede lateral do sólido. Então, perceberá que os setores da vida histórica não são apenas “faixas”, como ele percebia na posição H1, mas “fatias” se distribuindo contiguamente no sentido da profundidade do papel, ou seja, transversalmente ao eixo do tempo.

E verá também mais. Verá que, verticalmente, o sólido está dividido em duas “camadas” (ou “patamares”, na imagem de Braudel) horizontais. A superfície superior designamos ÉVÈNEMENTIEL (EV). A camada logo abaixo, CONJUNTURA (CJ) e a camada⁵ inferior, ESTRUTURA (EST).

⁵ Nota (J.G.): Na edição de 1972 lê-se “cada”. Corrigido, na versão anotada pelo autor, para “camada”.

Figura 3



Examinemos agora a Figura 3. Suponhamos que ela seja a vista de perfil da Figura 2 e que representa a evolução de uma sociedade delimitada durante certo período de tempo, no caso, a sociedade cristã ocidental durante a Idade Moderna (séculos XVI ao XIX).⁶

Fixemos a atenção sobre a curva superior, deixando para mais tarde as explicações sobre as demais. Ela seria a representação de perfil da superfície do *évènementiel* da Figura 2. Verificamos, então, trechos em que esta curva serrilhada apresenta seus dentes mais ou menos iguais e se sucedendo uniformemente. Trata-se da representação dos fatos de rotina, cotidianos, e que se repetem regularmente. É comum considerá-los objeto

⁶ Nota (J.G.): Embora não haja nota de rodapé neste trecho do artigo, cabe indicar que o autor utilizou, entre suas referências: MOUSNIER, Roland. Os séculos XVI e XVII – A Europa e o mundo. In: CROUZET, Maurice (dir.). **História geral das civilizações**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, [s.d.]. v.10.

de investigação mais específica do sociólogo, seriam “fatos sociológicos”. A título de exemplificação, focalizemos, em imaginação, alguns dias rotineiros do início da Idade Moderna. Veríamos ali, transpondo a porta de algum convento, um jovem que entra para a vida religiosa; em outro dia, numa cidade qualquer, o povo se dirige à igreja; continuando, veríamos, mais adiante, um torneio, com dois adversários que, lança em riste, investem um contra o outro. São fatos rotineiros e que, portanto, se repetiam regularmente.

Em oposição, temos trechos em que a curva apresenta anomalias (números 1, 2, 3 e 4), os dentes são irregulares, desiguais, a curva pinoteia descontrolada. Seria a representação dos “fatos históricos” e que constituiriam, conforme o critério acima citado, o campo mais específico do historiador. Buscando exemplos correlacionados com os anteriores, teríamos o dia, ou ainda, mais precisamente, a manhã do dia 17 de julho de 1505, em que o jovem chamado Martinho Lutero entra para o convento agostiniano de Erfurt. Mais tarde, em 31 de outubro de 1517, o povo de Wittenberg, reunido na porta de sua igreja, lê as 95 teses de Lutero contra a doutrina oficial da Igreja, afixadas na porta. Depois, em outro dia, em 1559, o rei Henrique II da França, num torneio, é mortalmente atingido pela lança de seu adversário. Aqui, então, o inédito, o singular, o excepcional, que quebra a rotina e não se repete; representamo-lo pelas anomalias da curva. Trata-se de fatos que passam para as crônicas e que o historiador recolhe sobretudo por causa de suas consequências importantes: aquele novo agostiniano iria revolucionar a cristandade, arrastar para um cisma religioso o povo que leu seu panfleto na porta da igreja, juntamente com grande parte da Europa ocidental; a morte do rei no torneio fatídico iria ser a causa imediata de meio século de guerra civil, na França.

Os “fatos sociológicos” são, preferencialmente, o campo de ação do homem anônimo, do agente coletivo, ao passo que os “históricos” sê-lo-iam do personagem, do indivíduo excepcional.⁷

Dessa forma, o campo mais específico do historiador, no sentido mais tradicional, seria aquele que se obtém destacando da curva superior apenas os fatos numerados, conforme a figura.

⁷ Essa distinção é considerada excessivamente artificial por Braudel e outros mestres da Escola Francesa, os quais buscam uma fusão do histórico e do sociológico.

III – As várias “dimensões” do processo histórico. Escalonamento dos ritmos de evolução e da generalização (do instantâneo e particular do fato à “longa duração” e ao geral da estrutura). Montagem do modelo a partir da civilização ocidental moderna.

1 – A civilização cristã ocidental: sua caracterização, gênese e continuidade

Entre as características que distinguem nossa civilização (a cristã ocidental) das demais (a muçulmana, a sino-japonesa, a hindu etc.) está a **concepção de vida, mentalidade ou cultura espiritual**.⁸ Assim, temos que nossa civilização se distingue das outras por três **fatores culturais** (espirituais), três componentes de nossa concepção de vida. São eles: o **cristianismo**, o **humanismo** e o **racionalismo**.

Esses três fatores são a herança das duas civilizações de que derivamos: a **greco-latina** e a **siriaca** (à qual pertence o **judaísmo**), conforme Toynbee sobretudo. Da civilização greco-latina herdamos o **humanismo** e o **racionalismo**; da outra o **misticismo judeu-cristão**.

O humanismo pode ser percebido na Arte grega (que exalte um ideal de beleza física), na sua Religião (essencialmente antropomórfica, os deuses sendo espécie de super-homens, dotados de vícios e virtudes, além de sujeitos ao destino). O racionalismo aparece na Filosofia grega, sobretudo na sistematização da Lógica e na Geometria, inaugurando-se o “racionalismo qualitativo” (e que a civilização cristã ocidental complementarará na Idade Moderna pelo “quantitativo”) e também já pela racionalização das instituições (o Direito romano, por exemplo) que conforme Max Weber seria a marca específica da civilização cristã ocidental.

Quanto ao judaísmo, temos o legado, através do cristianismo, de uma outra concepção da divindade, em termos de um ser de absoluta perfeição, distante da condição humana por uma transcendência que supera de muito a de um deus grego.

⁸ Não entramos, aqui, em maiores considerações teóricas sobre o conceito de civilização, supondo que o aluno já o traga das matérias do curso a isso destinadas. De qualquer forma, o simples recurso ao senso comum funciona razoavelmente. Ademais, o que nos interessa é, no final, enfatizar um conceito de civilização coerente com o sistema adotado, em função da duração, ou seja, um conceito essencialmente “histórico”, visto que explicita a dimensão **tempo**, conforme adiante veremos no caso do conceito de **estrutura**.

A presença constante desses fatores na concepção de vida de nossa civilização define a continuidade da mesma, a sua permanência no tempo, sua *longue durée* [longa duração].

2 – A alternância das duas tendências: a dialética da concepção de vida cristã ocidental

O misticismo judeu-cristão de um lado e o humanismo-racionalismo do outro se têm alternado através da evolução histórica de nossa civilização. Assim, a Idade Média foi a época em que prevalece[u] a primeira dessas tendências. A outra, ou seja, o humanismo-racionalismo, não morre, adormece apenas, para despertar no Renascimento. Nesse mesmo instante, como que buscando equilibrar aquele retorno às fontes greco-latinas, temos a Reforma (que se opõe ao Renascimento), tentando uma purificação do cristianismo e, a seu modo, também um certo retorno, dessas vez às fontes judaicas: à Bíblia. Mas agora é a vez, na Idade Moderna, da outra tendência, o primado da herança greco-latina, evoluindo o humanismo-racionalismo até a sua culminação no século XVIII e XIX.

Essa, a dialética da concepção de vida ocidental, oscilando entre esses dois polos. Neste sentido, a ruptura entre Erasmo e Lutero, simbolizando a incompatibilidade entre a Reforma e o Humanismo renascentista, o anticlericalismo racionalista dos séculos XVIII e XIX, o materialismo, o positivismo e o marxismo, chocando-se contra o espiritualismo cristão, a atual disputa entre a linha conservadora tridentina e a da abertura progressista, no saldo do Concílio Vaticano II, seriam, entre outros, episódios dessa tensão interna da concepção de vida cristã ocidental.

3 – 1ª. generalização: Do particular do fato ao geral da conjuntura. Montagem do modelo conjuntural do século XVI.

Destaquemos, num dado momento da evolução da civilização cristã ocidental, tomando o século XVI, por exemplo, um fato: o Descobrimento da América em 1492. Essa realidade (o fato) é o que o historiador observa imediatamente na posição H1 da Figura 2. Trata-se da superfície da história.

Mas ele quer ultrapassar essa superfície e então, assume a posição H2, na qual observa um quadro (o da Figura 4), que vamos agora analisar.

Figura 4
Os vários ritmos da evolução histórica
 (baseado em F. Braudel)

Pré-História		Civilização Grego-Latina (Humanismo, Racionalismo) Civilização Síntica (Judaísmo, Cristianismo)		Primeira Idade Média		Alta Idade Média		C. CRÍTICA: Crise da Baixa Idade Média		CJ CRÍTICA SÉC. XIX		CJ CRÍTICA SÉC. XX		CONJUNTURAS (CJ)	
				1- Revolução Comercial 2- Ascensão da burguesia 3- Revolução Geográfica 4- Absolutismo temperado 5- Renascimento, Reforma		1- Mercantilismo 2- Revolução Inglesa 3- Pacto Colonial 4- Absolutismo 5- Racionalismo cartesiano e newtoniano		Revolução Industrial Revolução América Revolução Francesa Enciclopédico		2ª. Revolução Industrial Fim do ciclo das revoluções burguesas (1830-1848)		1- CJ Econ Crises econômicas 2- CJ Social Revoluções socialistas Mundo socialista X mundo capitalista 3- CJ Geohist Declínio da Europa; descolonização 4- CJ Política Crise da Liberal-democracia; Hipertrofia da centralização (totalitarismo) 5- CJ Mental Crise do Racionalismo Teoria da Relatividade, Psicanálise, Intuicionismo de Bergson; Surrealismo; Materialismo dialético.		→	
				1- CJ Econ Capitalismo comercial coexiste com a economia feudal; Mercantilismo 2- CJ Social Sociedade estamental (ou semi-estamental?) tendendo à de classes; burguesia X nobreza 3- CJ Geohist Expansão universal da Europa 4- CJ Política Estado Nacional centralizado monárquico 5- CJ Mental Cultura espiritual Individualismo Humanismo Racionalismo X Mentalidade teológica		CJ DE TRANSIÇÃO ("ANTIGO REGIME")		1- CJ Econ Capitalismo industrial 2- CJ Social Sociedade de classes; burguesia X proletariado 3- CJ Geohist Apogeu da Europa (Imperialismo) 4- CJ Política Estado Nacional democrático centralizado (nacionalismo) 5- CJ Mental Apogeu do Racionalismo, Humanismo, Individualismo; Cientificismo, Materialismo, Liberalismo CJ APOGEU				CJ CRÍTICA SÉC. XX		→	
		1- Est Econ Agrário-feudal, artesanal, corporativo 2- Est Social Estamental 3- Est Geohist Europa isolada 4- Est. Política Estado feudal e descentralizado 5- Est. Mental Teologia, Misticismo IDADE MÉDIA		1- Est Econ Capitalismo 2- Est Social Sociedade semi-aberta 3- Est Geohistória Hegemonia universal da Europa 4- Est. Política Estado Nacional Centralizado 5- Est. Mental Ascensão do Humanismo e Racionalismo		IDADE MODERNA				IDADE CONTEMPORÂNEA		ESTRUTURAS (EST)		→	
		Civilização Ocidental (Humanismo, Racionalismo, Cristianismo)								Filosofia da História		→			
		Civilização em geral										→			
														→	

Estamental (FATUAL)

CONJUNTURAS (CJ)

ESTRUTURAS (EST)

Vamos dimensionar essa realidade, o fato, em termos de **tempo**, **espaço** e **agente histórico**.

Em termos de tempo, trata-se de uma realidade que se esgota em **um ano** (1492),⁹ ou micrometrando ainda mais esse instante histórico, **um dia**, ou mesmo **um segundo**... se considerar-se o instante preciso em que a âncora é recolhida na nau capitânia de Colombo, por exemplo...

Em termos de **espaço** trata-se de um ponto no mapa (o porto de Palos).¹⁰

Em termos de **agente histórico**, trata-se de um **personagem** (Colombo), **singular**, **particular**, **único**.

Agora imaginemos que o historiador observe outras realidades ao longo do século XVI. Dentre a imensidão de outros fatos ali ocorridos, ele poderá observar: chegada de Vasco da Gama a Calicute (1497), Descobrimento do Brasil por Cabral (1500), Descobrimento do Pacífico por Balboa (1513) etc...

Ora, é intuitivo que entre essas realidades algo há de comum; elas poderiam ser agrupadas numa categoria mais ampla, em função do seu denominador comum, de seus traços semelhantes. E essa categoria mais ampla sê-lo-ia em termos de **tempo**, **espaço** e **agente histórico**.

Senão vejamos:

Tempo: todo o século XVI.

Espaço: Europa Ocidental (mais precisamente a confluência Atlântico-Mediterrâneo), se considerar-se apenas o ponto de partida das viagens. É o espaço base de uma sociedade, a que denominamos **ÁREA CULTURAL**,¹¹ conforme os antropólogos (esse espaço, até então quase encerrado sobre si mesmo, durante a Idade Média, vai agora abrir-se para o mundo, e utilizando a vida marítima conseguirá uma expansão em escala universal).

⁹ Nota (J.G.): O artigo de 1972 registra "1942".

¹⁰ Nota (J.G.): Foi seguida correção manuscrita do autor; o texto impresso (edição de 1972) registra, erroneamente: "Em termos de **agente histórico**, trata-se de um **personagem** (Co-. o porta de Palos" [sic].

¹¹ Nota (J.G.): Na edição de 1972 do artigo, o uso de negrito, aspas e maiúsculas é feito muito intensamente, e algumas vezes simultaneamente para a mesma palavra ou expressão. Para não sobrecarregar o texto, fez-se a opção apenas por uma dessas formas de destaque e, quando havia maiúsculas, aspas e negrito, optou-se apenas pelas maiúsculas.

Agente histórico: não se trata mais de um personagem, individual, singular, mas sim de um tipo comum a vários personagens, obtido por comparação entre eles, tomando-se como referência seus traços comuns de ação, objetivo, mentalidade, papel histórico-social. É a abstração que se chama TIPO HISTÓRICO, no caso, O NAVEGADOR. E essa realidade (abstrata) não se esgota mais em um **personagem**, nem no tempo de vida de um personagem, mas ocupa todo o século XVI, inclusive várias vidas, simultâneas ou consecutivas.

Ainda em termos de agente histórico, consideremos que a ação histórica das Grandes Navegações é uma ação coletiva, envolvendo os esforços, motivações e metas não apenas do personagem individual que a lidera (os monarcas ibéricos do XVI, os navegadores que comandaram as expedições e cujos nomes ficaram nas crônicas), o qual polariza a vontade e os ideais de toda uma sociedade, certo, mas não age a não ser com o concurso dos grupos que o seguem; as Navegações foram a obra do povo ibérico, durante todo um século, dela participando a burguesia, a nobreza, a plebe... Estamos aqui, pois, diante do AGENTE COLETIVO, representado pelo personagem anônimo e tão importante para o historiador atualmente quanto o era o personagem individual para o historiador do passado.

A essa categoria, realidade, mais ampla, resultante da comparação de fatos, de uma generalização e de um somatório de realidade atomizadas, chamamos CONJUNTURA. No caso, a CONJUNTURA DAS NAVEGAÇÕES. As ondas da Figura 3 seriam justamente a representação disso. Generalização bem como somatório, síntese dos fatos “históricos” e “sociológicos” que – preocupados em defini-los apenas em sua tendência média – representamos pela curva suave e regular da conjuntura, simplificação da serrilhada e irregular do *évènementiel*.

Então, comparemos as duas realidades, os dois níveis entre si, em termos de “dimensões”:

FATO (Descobrimento da América):

Tempo: 1 ano (1 dia, 1 segundo...)

Espaço: um ponto no mapa (cidade, navio ancorado...)

Agente histórico: um personagem.

CONJUNTURA (Navegações):

Tempo: 1 século¹²

Espaço: “área cultural” (Europa Ocidental)

Agente histórico: “tipo histórico” (o “navegador”)
“agente coletivo” (o povo ibérico)

Passemos agora a outras conjunturas do XVI.

Seguindo o mesmo processo, comparemos entre si os seguintes fatos:

1507 – Jacó Fugger, o Rico, recebe do imperador Maximiliano dois condados, como garantia de um empréstimo de 50.000 florins.

1531 – Fundação da nova Bolsa de Amsterdam.

1543 – Antônio Fugger transfere o arrendamento de suas minas na Hungria.

Etc...

Trata-se de fatos do setor econômico. Em cada um deles temos as mesmas coordenadas já explicitadas nos fatos atrás estudados, em termos de tempo, espaço e agente histórico.

Operando com eles da mesma forma que no caso da conjuntura geo-histórica (Navegações), teríamos a montagem da **conjuntura econômica** do XVI: a **Revolução Comercial**, onde toma impulso o até então incipiente **capitalismo comercial**, primeira etapa da **economia capitalista**.

Quanto ao tipo histórico envolvido, trata-se do EMPRESÁRIO COMERCIAL. Esse tipo histórico é especialmente representado pelos dois personagens citados nas datas de 1531 e 1543, dois grandes banqueiros da família Fugger, cujos membros realizaram, no campo da economia, naquele século, ação histórica comparável a de qualquer grande personagem político.

Fixemos agora os seguintes fatos:

1509 – Henrique VIII, rei da Inglaterra.

1515 – Francisco I, rei da França.

Etc...

¹² Para simplificar, adotamos essa dimensão, embora ela possa ser fracionada ou ampliada. É o que entendemos do conceito histórico de conjuntura.

Trata-se de fatos situados no setor político, onde se tem a ascensão ao trono de soberanos que viriam a [ser] os construtores da centralização política. Eles formam, ao lado de outros fatos de mesma natureza, a **conjuntura política do XVI: ABSOLUTISMO TEMPERADO** (o absolutismo propriamente dito, com o máximo de centralização, só ocorrerá no século XVII). Tipo histórico: O MONARCA AUTORITÁRIO.

Continuando, teríamos:

1517 – Lutero em Wittenberg.

1515 – Calvino em Genebra.

Etc...

Com esses e mais outros fatos similares, estaríamos dentro da conjuntura cultural (religiosa): A REFORMA, com o tipo histórico O REFORMADOR.

Em seguida:

1511 – Erasmo escreve o *Elogio da Loucura*.

1512 – Miguel Angelo esculpe o *Moisés*.

1516 – Rafael pinta a *Madona* da Capela Sixtina.

Etc...

São fatos de outra área da conjuntura também cultural (intelectual e artística): O RENASCIMENTO, com o tipo histórico O HUMANISTA.

4 – 2ª. generalização: Da conjuntura à estrutura. Montagem do modelo estrutural da Idade Moderna.

Agora fixemos a atenção nesta última conjuntura, elegendo-a para comparar com a conjuntura cultural dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Se o fizermos, veremos que a conjuntura cultural do XVII (RACIONALISMO CARTESIANO E NEWTONIANO), a do XVIII (ENCICLOPEDIISMO) e a do XIX (CIENTIFICISMO, MATERIALISMO, LIBERALISMO), que entre essas realidades diferentes se sucedendo no tempo, há algo de comum e que se mantém constante: a **mentalidade racionalista, humanista e individualista**.

Esse algo de comum e constante vai nos permitir uma categoria ainda mais ampla que a conjuntura: a ESTRUTURA. No caso, a ESTRUTURA MENTAL da Idade Moderna, e que vai persistir do século

XVI ao XIX, onde culmina, não se alterando em sua essência, mas apenas em suas manifestações particulares, nas várias conjunturas.

E as “dimensões”?

Serão ainda mais amplas que as da conjuntura:

Tempo: IDADE (a moderna durou 4 séculos).

Espaço: ÁREA CULTURAL (Europa Ocidental).

Agente histórico: HOMEM OCIDENTAL MODERNO, TIPO HISTÓRICO definido pela mentalidade **humanista, racionalista e individualista**, que se opõe ao HOMEM MEDIEVAL, e do qual o HUMANISTA, O PENSADOR RACIONALISTA, O FILÓSOFO (e CIENTISTA) MATERIALISTA seriam as variações.

Poderíamos, então, colocar a definição de ESTRUTURA, do ponto de vista histórico: “todas as realidades perceptíveis que resistem ao tempo durante uma longa duração” (F.Braudel).¹³

É visível o caráter histórico da definição: explicita-se o aspecto tempo, a dimensão por excelência da História.

Agora, e pelo método já conhecido, por comparação e, no gráfico, por descida vertical, montemos as conjunturas e estruturas da Idade Moderna (ver Figura 4). É claro que cada uma das “fatias verticais” (política, social, econômica, cultural e geo-histórica), ou SETORES, fornecerá, no nível mais baixo, uma estrutura. No gráfico da Figura 4 simplificamos a representação, dando-lhe apenas duas dimensões (quando deveriam ser três), rebatendo a horizontal-transversal verticalmente, ao longo da altura da folha de papel.¹⁴

¹³ *Nota (J.G.):* No artigo publicado em 1972, não há indicação clara do texto de Braudel do qual foi retirada a citação. Pode-se supor que seja “História e Sociologia”, indicado entre as referências bibliográficas arroladas pelo Prof. Américo Augusto da Costa Souto ao final do artigo: BRAUDEL, F. História e Sociologia. **Boletim de História do Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia**, Rio, n.6, 1961 [tradução do Cap.IV do **Traité de Sociologie**, publicado sob a direção de G.Gurvitch, em Paris, em 1958]. Outro texto com autoria de Braudel citado entre as referências do artigo de 1972 é: BAILLE, S, BRAUDEL, F. PHILIPPE, R. **Le monde actuel: histoire et civilisations**. Paris: Librairie Eugène Belin, 1966.

¹⁴ *Nota (J.G.):* O autor certamente se refere à ênfase no conjuntural e no estrutural, na Figura 4, uma vez que a dimensão fatural é meramente indicada e contemplada com poucos exemplos.

5 – 3ª. generalização: a Civilização

Resumindo, teremos:

- 1) FATO (ÉVÈNEMENT): “instantâneo” de uma conjuntura.
- 2) CONJUNTURA: “momento” de uma estrutura.
- 3) ESTRUTURA: “momento” de que? (haveria ainda nível mais baixo e geral?).

A nosso ver, seria aqui que se situaria o nível de CIVILIZAÇÃO, categoria a que Braudel faz referência quando fala de estrutura.¹⁵ No caso, a civilização seria a CRISTÃ OCIDENTAL. E a IDADE MODERNA (ESTRUTURAS MODERNAS), se sucedendo à IDADE MÉDIA (ESTRUTURAS MEDIEVAIS) e antecedendo à IDADE CONTEMPORÂNEA (ESTRUTURAS CONTEMPORÂNEAS), seria um dos três “momentos” dessa civilização, a qual, atrás, já estudamos.

6 – Confronto das “dimensões”

Comparemos entre si as “dimensões” do fato e as da conjuntura.

Além das diferenças já assinaladas (em termos de tempo, espaço e agente histórico), podemos acrescentar mais uma: a diferença de ritmo de evolução. Pois enquanto que na superfície do *évènement* se sucedem realidades num ritmo rápido, curto, espasmódico e irregular, na camada da conjuntura esse ritmo é mais regular (é a “tendência média”) e, além disso, as conjunturas se sucedem mais lentamente, estamos diante da *longue durée* dos autores franceses. Se a cadência na superfície é a do **ano a ano, dia a dia** (ou segundo a segundo...), aqui é a do **século a século** (Figura 3).

E por último, um confronto também se impõe. As duas camadas diferem pela oposição **particular versus geral**. Pela comparação entre os fatos chegamos à generalização que nos fornece essa categoria mais ampla que é a conjuntura. Assim, temos “um acontecimento, mas no seio de uma família de acontecimentos” (P.Lacombe).¹⁶

Em resumo, temos as seguintes diferenças:

¹⁵ Não encontramos, nos escritos de Braudel, o conceito de estrutura ligado ao de **idade**, como o fazemos aqui. Voltaremos ao problema na Conclusão.

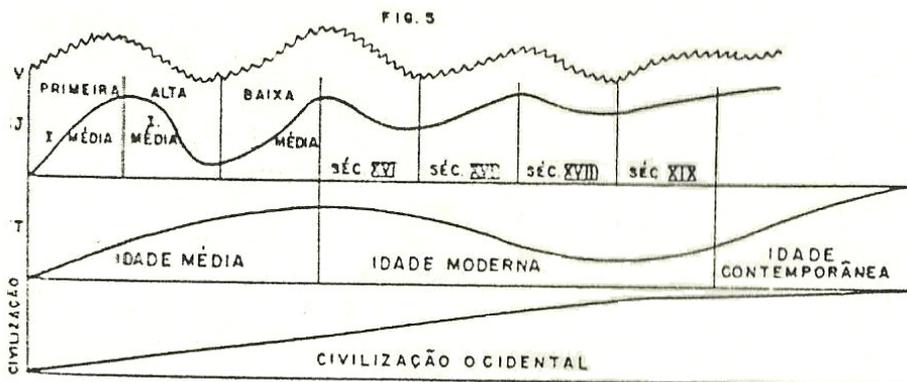
¹⁶ Nota (J.G.): Não há, no artigo de 1972, nenhuma indicação da fonte da citação.

[Quadro 1]

“Dimensões”	Fato	Conjuntura
<i>Tempo</i> ¹⁷	Curto, Instantâneo	Longo, Secular
<i>Espaço</i>	Pequenas dimensões, Pontual ¹⁸	Grandes dimensões (Área Cultural)
<i>Ritmo</i>	Rápido, Espasmódico	Lento, Regular
<i>Grau de Abstração</i>	Particular, Concreto ¹⁹	Geral, Abstrato ²⁰
<i>Número de Agentes</i>	Individual	Coletivo
<i>Abstração sobre o Agente</i> ²¹	Personagem (Individ.)	“Tipo Histórico”

E agora estendamos a comparação entre os patamares até o nível da civilização. Em especial, destaquemos o confronto das dimensões temporais, dos ritmos evolutivos. Quanto mais baixo descemos, mais lento é esse ritmo, mais ampla a “duração”. Aqui, mais uma vez, a *longue durée*.

Figura 5



¹⁷ Nota (J.G.): na versão anotada do texto, a palavra “ENFATIZAR” foi anotada à mão.

¹⁸ Nota (J.G.): o impresso registra “puntual”.

¹⁹ Nota (J.G.): na versão anotada do texto, a palavra “acidental” foi anotada à mão.

²⁰ Nota (J.G.): na versão anotada do texto, há, neste ponto, vestígios de anotações à mão, mas não foi possível distinguir o que foi escrito.

²¹ Nota (J.G.): na versão anotada do texto, há, neste ponto, vestígios de anotações à mão, mas não foi possível distinguir o que foi escrito.

As ondas da Figura 5 (tal como as da Figura 3) mostram justamente isso, ou seja, a cadência, a sucessão dos “momentos”, das “durações”, em cada patamar. Assim, podemos perceber que do **dia a dia** do *évènementiel*, passando pelo **século a século** da conjuntura, chegamos agora ao ritmo da **idade a idade** da estrutura e ao da **civilização a civilização** do nível mais baixo. É óbvio que este é o mais amplo. Se se passa, por exemplo, da civilização greco-latina para a cristã ocidental, passamos de um trecho de tempo, de uma *longue durée* de várias dezenas de séculos para outra de 15 séculos.

Temos assim ligadas a realidade mínima, o fato, com a realidade máxima, a civilização. É o entrosamento da “micro-história” com a “macro-história”, do instantâneo histórico com a *longue durée*.

7 – A História Econômica nesse modelo

É evidente que a realidade que melhor se presta a essa representação modelística é a econômica.²² As flutuações de preços, por exemplo, nas curvas de Kondratieff e Simiand. Mas poderíamos também estender a representação às outras conjunturas, conforme reivindica Braudel:

“Uma curva dos preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações das taxas de juros, o estudo (mais sonhado que realizado) da produção, uma análise detalhada da circulação exigem medidas muito mais amplas” do que o exigia eventualmente a forma tradicional da história. O número, aliás, intervém bem além da pura história econômica e social. Pois as ciências, as técnicas, as instituições políticas, os “aparelhamentos mentais”, as civilizações conhecem ritmos de vida e de crescimento e estes devem poder ser medidos, o mais exatamente possível. Não poderíamos, por exemplo, conceber uma “conjuntura cultural”, determinada pela estatística das

²² Nota (J.G.): Embora não haja nota de rodapé neste ponto do artigo de 1972, cabe acrescentar que, entre as referências do autor ali citadas estava também: GUITTON, Henri. **Economia política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. v.2.

obras de tal ou tal natureza, impressas durante um dado período?²³

Desse modo, bastaria que em nossa representação gráfica se acrescentassem, às curvas econômicas, outras curvas, dependendo a sua representação da convenção adotada (poderiam ser representadas em cores diversas, ou pontilhadas e tracejadas de várias formas). E se bem que tais curvas não viriam a ser necessariamente sincronizadas com a econômica (ver Figura 2), lembraríamos aqui a concepção de F. Simiand. Esse autor, no qual aliás, Braudel reconhece um predecessor, tentou um modelo no qual busca correlações entre as flutuações econômicas e os outros setores da vida histórica, num sincronismo bastante exato, e no qual as vicissitudes da vida político-social são explicadas pelas fases de expansão e depressão econômicas.

A conjuntura e a estrutura representariam, pois, a “tendência média” do período, através de linhas regulares, curvas suaves que abstraem as irregularidades do *évènementiel*.

IV – Os vários ritmos da evolução histórica na “dialética da duração” de F. Braudel. Considerações teóricas.

E assim temos, finalmente, o sistema teórico de F. Braudel, o qual acabamos de apresentar pelo modo como melhor o entendemos e procuramos transmitir.

Trata-se de uma conceituação que leva em conta, sobretudo, conforme já dissemos, o aspecto temporal da realidade histórica, nesse esforço de escalonar as “durações”, e jogando com a oposição entre o durável e o fugaz, o lento e o rápido, numa “dialética da duração”.

Citaríamos, então, alguns textos onde aparece tal formulação. Assim temos, em J. Glénisson:

²³ Nota (J.G.): No artigo publicado em 1972, o autor indicava se este trecho citado por J. Glénisson, na seguinte publicação: GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. A citação de Glénisson foi cotejada e corrigida. Cabe notar que as citações internas remetem ao famoso artigo de Braudel sobre “A longa duração”.

Bem para lá desta história de períodos relativamente curtos, na qual muitos pareciam dever deter-se, F. Braudel discerne uma história de longa duração, a história *structurelle* (ou *structurale*), quase “imóvel, a do homem com o meio que o cerca; numa história lenta no seu decorrer e nas suas transformações, muitas vezes consistindo em insistentes retornos, em ciclos incessantemente recomeçados... uma história quase fora do tempo, em contacto com coisas inanimadas... uma história lenta nas suas deformações e, por conseguinte, em revelar-se à observação. A bem dizer o termo estrutura é ainda mal definido, empregado em acepções variadas pelo economista, sociólogo, historiador. Este último compreende, sob tal etiqueta, “todas as realidades perceptíveis que resistem ao tempo durante uma longa duração”. Séries infinitas de gerações podem ser marcadas por elas, sofrendo sua pressão, antes que decaiam ou desmoronem bruscamente. Lembremos, por exemplo, a permanência (em escala humana) destas pressões geográficas: os climas, as vegetações. Mal podemos dizer que, em algumas zonas privilegiadas, o emprego de técnicas avançadas permita um início de libertação frente a estas forças. A estrutura supõe a repetição dos mesmos fenômenos durante séculos ou milênios: assim, o incessante movimento dos homens, da montanha para o mar, no mundo mediterrânico. Manifesta-se ela, também, nos obstáculos que se opõem à ação humana. Fundamentando-nos precisamente nas observações de F. Braudel, determinamos, num capítulo precedente, os limites que, durante tanto tempo, restringiram a liberdade de comunicação entre os homens. Por milênios a fio o homem não pôde ultrapassar uma certa velocidade. [...]

Acerca desse tempo longo que é, evidentemente, o domínio de predileção de F. Braudel, cf. sobretudo *La longue durée*. Assim, à p.731: “Por estrutura os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bem fixas entre realidades e massas sociais. **Para nós, historiadores**, uma estrutura é, sem dúvida, reunião, arquitetura, mas mais ainda, **uma realidade que o tempo tem dificuldade em desgastar e que ele veicula longamente [...].**”

Eis, então, a história transformada numa “dialética de duração”. (grifos nossos).²⁴

E sobre a heterogeneidade da duração, temos o próprio Braudel:

A história situa-se em patamares diferentes: eu diria, de bom grado, três patamares, simplificando bastante. Dez, cem patamares é que seria preciso levar em conta; dez, cem durações diversas. Na superfície, uma história *évènementiel* inscreve-se no tempo curto: é uma micro-história. À meia-encosta, uma história *conjuncturelle* segue um ritmo mais largo e mais lento. Até aqui ela foi estudada, sobretudo, no plano da vida material, dos ciclos e interciclos econômicos (a obra-prima dessa história é o livro de Ernest Labrousse sobre a crise, na realidade semi-interciclo – 1774-1791 –, que serve de rampa de lançamento à Revolução Francesa). Mais além desse “recitativo” da conjuntura, a história *structurale*, ou de longa duração, envolve séculos inteiros; ela se encontra no limite do movediço com o imóvel e, pelos seus valores há muito tempo fixos, ela parece invariável frente a outras histórias, mais fluentes e prontas a realizar-se, e que, em suma, gravitam em torno dela.²⁵

Mesmo considerando Braudel esse modo de encarar a evolução histórica como típico historiador, podemos observar que ele se verifica, em alguns casos, também nos economistas. Além de conceituar estrutura, sobretudo, como um sistema de relações – a visão “relacionista” que cada vez mais se impõe nas Ciências Sociais e Humanas, desde o marxismo até o estruturalismo –, temos essa visão em que se enfatiza o temporal e a heterogeneidade das durações. Se não vejamos esse trecho de Aníbal Pinto,

²⁴ Nota (J.G.): Embora não haja nota de rodapé neste ponto no artigo de 1972, a citação refere-se ao mesmo texto de Glénisson citado na nota anterior, cujas citações internas continuam a remeter ao artigo “A longa duração”, de Braudel. A citação foi cotejada e corrigida.

²⁵ Nota (J.G.): No artigo publicado em 1972 não há indicação clara do texto de Braudel do qual foi retirada a citação, mas refere-se a “História e Sociologia”, já indicado anteriormente. Com versão ligeiramente diferente, o mesmo trecho encontra-se em BRAUDEL, F. História e Sociologia. In: _____. **Escritos sobre a História**. 2 ed., 3. reimpress. S.Paulo: Perspectiva, 2009. p.104-105.

no Prefácio à *Introdução à economia – uma abordagem estruturalista*, de A. Castro e C. Lessa:

Se partirmos do termo “estrutura” notaremos, em primeiro lugar, que se trata de uma expressão transferida das ciências naturais para as ciências sociais. Em ambas tem uma acepção básica comum, que pode ser encontrada em qualquer bom dicionário. Por exemplo, o da Real Academia indica que estrutura é a “distribuição e ordem das partes de um edifício. Distribuição das partes do corpo ou de outra coisa. Distribuição e ordem em que está composta uma obra de espírito: como poema, história etc.”

O economista francês Perroux (pai de uma escola que se caracterizou pela pesquisa destas questões) definiu o conceito como “as proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço.”

Como se pode notar, nesta acepção de estrutura o que se quer distinguir em especial é a ordem e integração das partes de um corpo ou de um sistema. Isto é, nota André Marchal, “frente à heterogeneidade das unidades que formam um conjunto, a ideia de interdependência, da integração desses elementos.” Vale a pena notar que, por este ângulo, a visão marxista da sociedade seria, talvez, a primeira explicitamente “estrutural”.

À parte dessa acepção, e completando-a, de certo modo, está outra, cuja essência é **a distinção ente os elementos de natureza mais ou menos duradoura e outros de caráter circunstancial ou transitório**. Neste sentido, a estrutura, ou, melhor dizendo, os fatores estruturais seriam aqueles que, nas palavras de Marchal, “no transcurso de um período determinado **se apresentam como relativamente estáveis em comparação com outros**”. O economista alemão Wagueman [...], um dos pioneiros nesses estudos, distingue estrutura, que representaria **aquilo que é mais permanente, e conjuntura, aquilo que se transforma.**” (grifos nossos)²⁶

²⁶ Nota (J.G.): Na edição de 1972 do artigo não consta nota de rodapé neste trecho, mas entre as referências constava: CASTRO, A.; LESSA, C. **Introdução à economia: uma abordagem estruturalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969. A citação foi cotejada e corrigida. A citação interna de André Marchal refere-se ao livro *Systèmes et structures économiques*.

E, ao lado da *longue durée* – continuidade temporal –, a continuidade espacial. Essa categoria histórica que é a civilização e que tem sido instrumento conceitual das grandes sínteses, de Spengler a Toynbee, Braudel a concebe como categoria temporal e espacial (o que, de resto, não é novidade, mas convém destacar, a fim de melhor caracterizar o sistema conceitual desse historiador). As estruturas marcam uma continuidade tanto histórica como geográfica, caracterizando-se a civilização por elas definida como sendo

[...] em primeiro lugar um espaço, uma área cultural, como dizem os antropólogos, um alojamento. No interior do alojamento, mais ou menos vasto, mas jamais demasiado estreito, imaginai uma muito diversa massa de “bens”, de traços culturais, tanto a forma, o material das casas, seu teto, quanto um tal tipo de flecha empenada; um dialeto ou um grupo de dialetos; gostos culinários; uma técnica particular, uma forma de crença, uma maneira de amar; ou a bússola, então; o papel, a prensa do impressor. O agrupamento regular, a frequência de certos traços, a ubiquidade deles numa área precisa são os primeiros sinais de uma coerência cultural. Se a esta coerência no espaço acrescenta-se uma permanência no tempo, chamo de civilização ou cultura o conjunto, o total do repertório. Este total é a forma da civilização assim reconhecida.”²⁷

²⁷ É a isso que se liga o setor que chamamos geo-histórico no modelo da Figura 1. Entendemos por geo-históricos os aspectos da organização social no espaço, sua distribuição e dominação sobre o mesmo e como isso persiste ou varia no tempo. Aqui entra também o conceito já referido de “área cultural”, o espaço base de uma sociedade. Os aspectos geo-históricos refletem sempre transformações na área cultural de uma sociedade. Tal setor tem, evidentemente, contatos com os demais, na medida em que aquela organização espacial implica em condicionamentos para o setor econômico (aspectos geoeconômicos) para o político (aspectos geopolíticos), além do aspecto demográfico, o qual tem sido atualmente alvo de especial interesse para os historiadores. Para não falarmos, pois, de um “setor demográfico” à parte, incluímo-lo no geo-histórico. *Nota (J.G.):* Embora não tenha sido mencionado nesta nota, estava entre as referências do artigo de 1972 o livro *Estudos de Geo-História*, de Therezinha de Castro, publicado pela Editora Record.

V – A periodização da História Moderna e Contemporânea

1 – Vejamos agora o problema da periodização, especificamente aplicado à História Moderna e Contemporânea. Concordamos com Glénisson quando diz que o sistema de Braudel é implicitamente **descontínuista**. Ele implica em “rupturas estruturais”, naquilo que chamamos “conjuntura crítica” (caso da conjuntura da Baixa Idade Média e, de outro lado, da Revolução Francesa e Industrial, conforme a Figura 4).

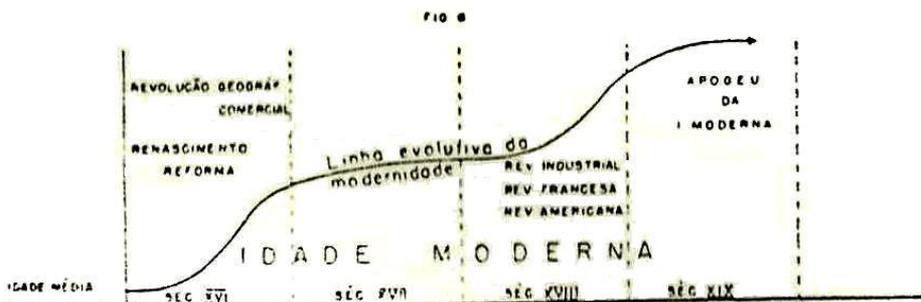
2 – Essa **descontinuidade** é, porém, relativa. A Idade Moderna não se impôs de forma imediata, no século XVI. Pois a ruptura estrutural da Baixa Idade Média, nos séculos XIV e XV, não consegue eliminar de todo as estruturas feudais, apesar de tê-las desgastado bastante. Elas persistem, num equilíbrio cada vez mais precário, com as modernas.

3 – Então, chamamos Idade Moderna o período que se inicia no século XVI e se prolonga conforme o modelo exposto no número 2.²⁸ A faixa cronológica que de 1905, mais ou menos, se estende até a década de 60, inicia a Idade Contemporânea, devendo-se destacar aí dentro as duas guerras mundiais, a crise de 29 e a Revolução Russa. Temos, aí, ao lado de crises que afetam as estruturas modernas, a afirmação, de forma mais efetiva, de novas estruturas, em litígio com aquelas (o mundo socialista, por exemplo). Isso marcaria uma nova idade, que estaria em seu início.

Não aceitamos, pois, a periodização tradicional, que coloca o fim da Idade Moderna na Revolução Francesa, embora reconheçamos a validade dessa periodização, que implica em assimilar a Idade Moderna ao Antigo Regime. Pois é inegável a coerência interna, a unidade desse período, que aparece em nosso esquema como um equilíbrio entre o que restava das estruturas medievais e as modernas, até que estas últimas finalmente se desembaraçam desses estorvos feudais (Revolução Inglesa no século XVII, abalo geograficamente limitado, e, com repercussão geográfica bem mais ampla, as Revoluções Americana e Francesa, prolongando-se com as revoluções burguesas no século XIX, bem como a Revolução Industrial). Esse equilíbrio (“conjuntura de transição”, conforme a Figura 4), estabilização relativa do ritmo de transformação colocado entre duas rupturas, está representado na Figura 6.

²⁸ Nota (J.G.): Supõe-se que o autor se refira ao item III.2 do artigo.

Figura 6



Em resumo, teríamos:

a) Uma conjuntura de crises (“conjuntura crítica”) das estruturas feudais (séculos XIV-XV) marca o fim da Idade Média. A afirmação das estruturas modernas, sobretudo no século XVI, inicia a Idade Moderna, com o que chamamos “conjuntura de transição” (o assim chamado Antigo Regime).

b) Nessa “conjuntura de transição”, o antagonismo entre as estruturas e valores velhos e as estruturas e valores novos se estabiliza relativamente, até que nova crise elimina o que restava de feudalismo (“conjuntura crítica” que vai de meados do século XVIII até meados do século XIX).

c) Chegando aí no apogeu, a Idade Moderna começa em seguida a sofrer, por sua vez, crises econômico-sociais e políticas (1905-1914-1917-1930 – década de 60). Estruturas, valores, formas de mentalidade novas, que se afirmam e passam a competir com o que é tradicional, marcam esse processo.

Assim, temos as crises econômicas do capitalismo, destacando-se a de 1930. Temos o mundo socialista, contestando a sociedade de classes e a hegemonia burguesa. A crise do racionalismo, com a contestação da hegemonia psicológica da razão (descoberta do subconsciente pela psicanálise, o irracionalismo na arte, como é o caso do surrealismo); de outro lado, novas formas de conhecimento, que substituem as tradicionais, cartesianas e newtonianas: o intuicionismo de Bergson, a relatividade de Einstein, o racionalismo dialético marxista. Na política internacional, a

Europa perde a preponderância, com a ascensão de novas potências (EUA, URSS, Japão). Surge o **sistema bipolar do após-Guerra**, com os EUA e a URSS liderando dois blocos antagônicos e mais a China criando um terceiro centro de poder. Finalmente, a **descolonização**, que, libertando o mundo subdesenvolvido, define a crise do imperialismo.

d) Ao lado disso, as estruturas tradicionais do mundo capitalista tentam responder ao desafio buscando novas fórmulas políticas e econômicas. A acentuação da centralização estatal (hipertrofiada no **totalitarismo nazi-fascista**), o **intervencionismo estatal na economia**, superando o **liberalismo ortodoxo**, mostram que as estruturas clássicas da Idade Moderna procedem a uma auto-reformulação.

Quanto à Europa, esta reage superando o nacionalismo que a estraçalhava (em especial na Guerra de 14, “guerra civil europeia”) e tenta o **continentalismo pan-europeu** (MEC [Mercado Comum Europeu]).

4 – É evidente o que há de arbitrário e hipotético nesse esquema. Assim, temos:

a) Colocamos, na transição da Idade Média para a Moderna, uma distinção sutil. A Baixa Idade Média seria um período sobretudo de destruição das estruturas medievais, ao passo que o século XVI sê-lo-ia de reconstrução estrutural em bases novas, e que representaria a “resposta” ao “desafio” da crise da Baixa Idade Média. Aí começando, então, a Idade Moderna, com a “conjuntura de transição” propriamente dita.

Essa distinção é possível, considerando que, embora já presentes nos séculos XIV e XV certos traços da modernidade (sobretudo na Itália, pioneira no processo renascentista), eles só se afirmam com mais ênfase e amplitude geográfica no século XVI. Eis por que iniciamos a Idade Moderna nesse momento.

Tal distinção é mais difícil na passagem da Idade Moderna para a Contemporânea, passagem que ainda vivemos.

b) No caso do Antigo Regime, consideramo-lo uma conjuntura de amplitude maior (3 séculos); em contrapartida, a conjuntura do apogeu da Idade Moderna só dura 1 (um) século. Talvez fosse mais legítimo colocar o Antigo Regime na categoria estrutura, dada a sua persistência e que a alguns leva a caracterizá-lo como “idade”. Mas a já assinalada flexibilidade do modelo, que, conforme já dito, permite interpolar e extrapolar “durações” maiores ou menores, legitimaria isso; é uma opção convencional, mas não uma incoerência (ver n.6 da Conclusão).

c) Com referência ao capitalismo comercial, não sabemos até que ponto é legítimo ver nele mais afinidades com o industrialismo do que com o feudalismo. Capitalismo comercial e industrial formariam mesmo uma categoria única e distinta com o rótulo comum de “capitalismo”? No caso dos autores marxistas, a tendência é considerar que capitalismo no sentido pleno é apenas o industrial, sendo o comercial uma forma ainda subordinada aos quadros feudais; o “salto qualitativo” para o capitalismo propriamente dito só se daria na Revolução Industrial.

d) O mesmo problema com relação à sociedade. A estrutura social do Antigo Regime seria apenas um persistente prolongamento da Idade Média, ou uma categoria intermediária entre a sociedade estamental e a de classes? Sociedade “semiestamental”? Nessa segunda hipótese, um argumento a mais para a periodização tradicional, que coloca a Idade Moderna entre o século XVI e a Revolução Francesa, dando ao Antigo Regime uma identidade própria, conforme já várias vezes citamos. Parece que de todas as persistências do feudalismo dentro da “conjuntura de transição”²⁹, esta seria a mais forte. Embora a ascensão contínua da burguesia tornasse cada vez mais fluida a estrutura social, o fato é que a lei consagrava a sociedade estamental, a estanqueidade tradicional dos três estados, tabu cuja superação só foi possível com a Revolução Francesa.³⁰ Apesar disso, para simplificar, colocamos, no modelo, essa etapa social como mais afim com a sociedade classista, englobando as duas sob o rótulo comum de “sociedade semiaberta.”

e) O esquema tem uma limitação geo-histórica: só vale para o Mundo Ocidental. É problemática a sua aplicação em escala de História Universal, ao menos em termos sincrônicos.

f) Quanto à Idade Contemporânea, torna-se difícil, em geral, distinguir o que já seja estrutura do que ainda é conjuntura. Pois não sabemos até que ponto se estabilizarão os sistemas novos (socialismo, novas formas de organização e sistemas internacionais), e embora já se esbocem “respostas”, também não sabemos até que ponto responderão ao “desafio” da crise (e como o farão) os sistemas da idade anterior postos em xeque. Trata-se de uma crise ainda não resolvida; o que daí resultará está no campo da especulação.

²⁹ Nota (J.G.): Na edição impressa do artigo, de 1972, “transmissão”, em evidente erro de impressão.

³⁰ Nota (J.G.): Embora não haja nota de rodapé neste trecho do artigo publicado em 1972, cabe indicar que o autor utilizou, entre suas referências, o seguinte livro: LEFEBVRE, Georges. **Études sur la Révolution Française**. Paris: PUF, 1954.

VI – Aplicações didáticas do modelo gráfico

1 – O procedimento para o exercício é, primeiro, montar o esquema estrutural-conjuntural (e que o aluno facilmente memorizará, por causa da esquematização visual, auxiliar mnemônico³¹). Em seguida, os fatos cuja colocação se pede são inseridos no sistema de relações. E se algum fato não encontrar suas ligações [nas] camadas abaixo, é porque o esquema estrutura-conjuntural está incompleto; deverá ser acrescentada alguma conjuntura ou estrutura que faltou, ou desdobrar alguma das que já lá estão.

2 – Agora, dado qualquer fato, podemos inseri-lo no corpo de uma conjuntura ou estrutura (montadas *a priori*).

Ex.:

a) Da Vinci escreve *Estudo sobre o voo dos pássaros*, 1500.

a.1) Trata-se de um fato cultural no XVI.

a.2) Evidentemente se liga à conjuntura do Renascimento, no caso, o científico. A flecha liga, então, o fato à respectiva conjuntura (Figura 4).

a.3) Ligação com as estruturas: a conjuntura renascentista foi um “momento” de uma estrutura mental (racionalismo-humanismo-individualismo). No caso, a ligação mais específica é com o racionalismo.

b) Lutero em Wittenberg, 1517.

b.1) Fato do setor cultural (religioso). Ligação, pois, com a conjuntura cultural-religiosa: Reforma.

b.2) Lutero é um exemplo do “tipo histórico” “O Reformador”.

b.3) Ligação com as estruturas: a Reforma é uma manifestação do individualismo moderno no campo religioso.

3 – Os exemplos acima são relativamente simples, apenas se estabelecerem as ligações mais imediatas e diretas entre os fatos e as realidades profundas.

4 – Mas há que pesquisar relações, ligações mais mascaradas. Um fato dificilmente se liga a uma conjuntura ou estrutura apenas; em geral, ele está comprometido com várias.

Assim, no caso de Vasco da Gama chegando a Calicute. Esse fato não se liga apenas às Navegações, mas também à Revolução Comercial e à ascensão da burguesia. O mesmo no caso de Calvino, quando escreve, em

³¹ Nota (J.G.): Na edição do artigo de 1972, “nemônico”.

1545, uma carta sobre a usura, fato que um historiador já chamou de *turning point* (ponto de guinada) na história ocidental. Esse fato adquire importância justamente por ser um dos que estabelecerá a conexão entre a Reforma e o capitalismo moderno, pela liberação moral do empréstimo a juros. Ele se ligaria, então, à conjuntura da Reforma, da Revolução Comercial e da ascensão da burguesia.

5 – Podemos prolongar as ligações até o patamar da civilização: no caso de Lutero em Wittenberg, vemos que esse fato se liga ao cristianismo, evidentemente, o qual é um fator constante da civilização ocidental.

Assim, podemos perceber que, por trás de um “minúsculo fato”, se comprime toda a história, conforme Ch. Morazé.³²

VII – Conclusão – avaliação do método.

1 – O aluno terá simultaneamente, e de forma visual, uma percepção **analítica e sintética**.

2 – Perceberá o fato numa posição não apenas **cronológica**, mas também **lógica**; ele é visto funcional e organicamente, diríamos assim, com um “instante” da vida histórica total.

3 – O sistema permite o vai-vem entre **análise e síntese, indução e dedução**. Os fatos o explicam e por ele se explicam.

4 – É facilitada a visualização do aspecto interpretativo da História. Pois a montagem das estruturas e conjunturas já implica numa interpretação. E assim, podemos, inclusive, perceber que os mesmos fatos poderão ser abordados de forma diversa por vários historiadores; cada um deles montará o seu modelo estrutural-conjuntural.

5 – Quanto ao aspecto mais teórico, essa representação, em última análise, cai numa certa forma de **idealismo**, quando estabelece a caracterização da civilização ocidental no campo da atividade espiritual, na concepção de vida. Mas não vemos outra forma de caracterizar a

³² Nota (J.G.): Não há, na edição de 1972 do artigo, nenhuma indicação clara acerca do trabalho de Morazé que é tomado como referência da citação.

continuidade desta, bem como de outras civilizações. É, aliás, o critério seguido por Braudel.³³

6 – Sentimos aqui, como em outros casos, a deficiência, no conhecimento histórico, de terminologia precisa. Talvez fosse conveniente estabelecer, por exemplo, uma distinção entre “estrutura de idade” e “estrutura de civilização”, marcando bem a diferença entre os dois níveis. Conforme dissemos atrás, Braudel não faz tal distinção, associando o conceito de estrutura apenas ao de civilização.

7 – Devemos dizer também que mais de um historiador atualmente, buscando fazer uma história que ultrapasse o fatural (e todos o buscam quase sem exceção), opera dentro desse sistema metodológico. Apenas não usa a terminologia aqui adotada, nem deixa muito claros os aspectos que aqui explicitamos.

Creemos que nosso modelo gráfico é particularmente útil para mostrar isso. Só para citar um exemplo, temos esse trecho de Caio Prado Júnior, em *Evolução Política do Brasil*:

Como pensei apenas dar a **resultante média** dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a **linha mestra** em torno da qual se agrupam estes fatos, fui obrigado a uma **seleção rigorosa** que excluísse tudo quanto não fosse **absolutamente necessário para a compreensão geral do assunto**. Isto me levaria por vezes, estou seguro, a **desprezar circunstâncias** cuja falta talvez se faça sentir para a perfeita clareza da exposição. [...] Todos estes inconvenientes evidentemente não existiriam **se se tratasse de uma história e não de uma “síntese”**. (grifos nossos)³⁴

Ora, a “resultante média”, a “linha mestra” nada mais são do que a linha representativa de uma conjuntura (ou estrutura) e que, já o dissemos, resulta de um somatório, uma “síntese” enfim, feitos sobre “inúmeros fatos” e sobre as “circunstâncias cuja falta talvez se faça sentir”. Remetemos

³³ Nota (J.G.): Na edição de 1972 do artigo, o autor remetia ao “item 7 da Bibliografia”, que correspondia a: BAILLE, S, BRAUDEL, F., PHILIPPE, R. **Le monde actuel**: histoire et civilisations. Paris: Librairie Eugène Belin, 1966.

³⁴ Nota (J.G.): A citação de Caio Prado Jr. encontra-se no prefácio da primeira edição, de 1933, da *Evolução política do Brasil*. A edição utilizada pelo Prof. Américo Augusto da Costa Souto, no artigo de 1972, foi, conforme sua indicação na publicação de 1972, a quarta: PRADO Júnior, Caio. **Evolução política do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

o leitor às Figuras 3 e 5, que estabelecem a diferença entre a evolução do nível fatural e a do conjuntural-estrutural; observamos ali justamente a coincidência entre o que chamamos de “tendência média” e o que o Autor chama de “resultante média”.³⁵

8 – Cumpre assinalar que essa orientação da História atual marca a oposição entre esta e a tradicional, o que fica também evidenciado no modelo. O campo da História tradicional é a superfície superior do modelo, a do *évènementiel*. Ali operava a História fatural e narrativa, com todas as implicações que daí resultam: ela se ajustava às peculiaridades desse nível, explicadas atrás, às páginas 109, 115 e 116.³⁶ Daí as características particularizantes desse tipo de história, feita de datas, nomes de lugares e de personagens.

Ao contrário, a História atual busca de preferência os níveis inferiores, onde se verificam as tendências médias, as generalizações e tipificações através de modelos; sua categoria fundamental não é mais o **fato** como na História tradicional, mas a **estrutura** e a **conjuntura**.

9 – Há uma vantagem didática que consideramos importante. É evidente a dificuldade que se encontra para esgotar um programa de História Moderna e Contemporânea, ou de qualquer outra História cujos limites cronológicos cheguem à atualidade (como a História do Brasil e da América). A massa enorme de fatos que tais matérias apresentam, sobretudo considerando que elas se prolongam [e] continuam a crescer nos acontecimentos quotidianos, torna-se um problema. Assim, é impossível esgotá-las do ponto de vista fatural. A ênfase dada, porém, aos aspectos estruturais-conjunturais permitirá economia de tempo, visto que tais aspectos são, por sua própria natureza, **sínteses**. Quanto ao fatural, dar-se-iam apenas os **fatos chaves**, aqueles que melhor caracterizem as camadas profundas e os que marcam as rupturas históricas. O aluno, uma vez de posse desse arcabouço da História, poderá, pelo método explicado nas

³⁵ Nota (J.G.): No artigo publicado em 1972, havia a recomendação “cf. também a página 11”. Contudo, não havia correspondência entre essa indicação e a paginação do artigo naquela revista. Na presente edição, a “tendência média” é referida às páginas 109, 113 e 116.

³⁶ Nota (J.G.): No artigo publicado em 1972, indicavam-se as páginas 6, 11 e 12, não havendo correspondência entre essa indicação e a paginação do artigo naquela revista. Foram, assim, indicadas páginas do artigo, na presente edição, que supõe-se tenham sido as páginas de referência do autor.

páginas 125 e 126,³⁷ completar os claros representados pelos fatos omitidos.

10 – Não sabemos até que ponto o método poderia ser usado no Ensino Médio. Delgado de Carvalho afirma que, nesse nível, a História teria que ser fática e narrativa, reservando-se a conjuntural-estrutural para o nível superior.³⁸

Embora respeitando a opinião e experiência desse mestre, parece-nos que, ao menos nos últimos anos do nível médio, o aluno já tem capacidade de abstração para assimilar o método. Inclusive, dois alunos nossos, professores de Ensino Médio, estão, com sucesso, usando o sistema.

De qualquer maneira, achamos que no Curso Secundário o aluno estuda História de forma bastante falha. Sobretudo, são-lhe apresentados fatos e períodos de forma fragmentária e dispersiva, não se dando qualquer visão de conjunto, de síntese no espaço e no tempo. Será que nosso sistema, devidamente adaptado ao grau e maturidade do aluno desse nível, não superaria isso? Não seria agora a ocasião ideal de tal sistema, quando se dá a integração de várias matérias nos chamados núcleos (a História incorporada aos Estudos Sociais)? Dentro dos referidos núcleos haveria mais necessidade de correlacionar a História com as matérias afins (Geografia, Organização Social e Política do Brasil, Sociologia etc.). E é justamente no nível do conjuntural-estrutural que se dá o encontro da História com as demais Ciências do Homem.

³⁷ *Nota (J.G.):* No artigo publicado em 1972, indicavam-se as páginas 21 e 22, não havendo, contudo, correspondência entre essa indicação e a paginação do artigo naquela revista. Foram, assim, indicadas a páginas correspondentes na presente edição.

³⁸ *Nota (J.G.):* Embora a edição de 1972 do artigo não contenha, neste trecho, nota de rodapé, cabe indicar o livro de Delgado de Carvalho que consta entre as referências do autor, no artigo de 1972: CARVALHO, Delgado. **História geral**. Rio de Janeiro: Record, [s.d.]. v.IV.